

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0011981-26.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda**
Requerente: **Evandro Henrique Pedro**
Requerido: **Fabiane Cristina Romão**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de embargos à execução que está fundada em título executivo judicial.

Reputo de início viável a apreciação dos embargos independentemente da realização da penhora em face do disposto no art. 736, caput, do Código de Processo Civil.

Insurge-se a embargante alegando ter efetuado alguns pagamentos ao embargado, os quais não foram considerados para efeito da propositura da execução em apreço.

0011981-26.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

O contrato de fls. 5/7 previa, entre outras obrigações, o pagamento pela embargada da quantia de R\$ 3.000,00 até o dia 06/05/2012, sendo facultado o abatimento desse valor em quantias menores, que seriam abatidos até a data do vencimento posto.

No seu pedido inicial, o autor pleiteia o recebimento de R\$ 2.000,00 referentes a duas parcelas de R\$ 1.000,00 vencidas em 01/05/2012.

Tal pedido, porém, não encontra embasamento nas cláusulas do contrato particular de compra e venda firmado entre as partes, pois, como já mencionado, a única data de pagamento prevista é aquela já acima mencionada (06/05/2012 – fl. 6).

Em audiência a embargada juntou comprovantes que atestam os pagamentos de R\$ 300,00 (06/05/2011), R\$ 440,00 (10/10/2011), R\$ 300,00 (20/09/2011) e R\$ 500,00 (21/06/2012), totalizando a quantia de R\$ 1.540,00.

Tais documentos não foram alvos de impugnação específica e contundente, capaz de lhes tirar a credibilidade ao fim a que se destinam, principalmente por guardarem estrita relação com o contrato firmado.

Devem, por isso, ser considerados como prova de pagamento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTES** os embargos, para reconhecer o pagamento de R\$ 1.540,00 efetuado pela embargada. Importância que deverá ser abatida do valor principal da execução, que fica reduzido a R\$ 1.460,00, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução, apresentando o autor nova planilha de atualização do valor da dívida e sem a inclusão dos honorários advocatícios, indevidos em primeira instância.

P.R.I.

São Carlos, 03 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA